

**CULTURA NEGRA NOS PROCESSOS EDUCATIVOS:** narrativas, modos de ser e suas complexidades

Delton Aparecido Felipe

O presente dossiê tem por título **Cultura negra nos processos educativos: narrativas, modos ser e suas complexidades**, os artigos reunidos nesse número fazem parte das demandas do quinto número da “Koan – Revista de Educação e Complexidade”, editada pelo Laboratório de Educação e Complexidade (LAECO), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Cianorte (PR), que nesse número optou por abordar a cultura negra e as complexidades que envolvem a sua efetivação no espaço escolar, em especial a partir da aprovação da Lei 10.639/2003.

Ao organizarmos esse dossiê, partimos da reflexão que a cultura nacional é uma narrativa discursiva que visa construir sentidos que influenciam e constituem tanto nossas ações no mundo quanto a concepção de quem nós somos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre o que é a nação e quais as características de quem dela participa, também elabora sentidos com os quais podemos nos identificar, fornecendo assim bases para a construção das identidades sociais e individuais. Na maioria dos países o discurso de cultura nacional é baseado na ideia de um povo padronizado ou puro, e para construir o sentido nacional, muitas vezes, as diferenças regionais e étnico-raciais são eliminadas e/ou subordinadas. Cabe ressaltar que a escola, por meio de seu currículo, é um dos espaços preferencias para a aprendizagem sobre a nação e memórias que temos sobre ela.

No Brasil, a identidade nacional esteve por muito tempo atrelada a uma ideia de progresso, que só poderia ser oferecida dentro dos padrões europeus, o que fez com que os grupos que não se encaixavam no projeto eurocêntrico, pensado pela elite no final do século XIX, fossem discriminadas, excluídas e/ou inferiorizada. Com isso podemos afirmar que a cultura nacional é demarcada por processos de inclusões e exclusões, que atingiu diretamente a população negra e os povos indígenas e suas culturas.

Ao tratarmos de cultura negra e suas complexidades no espaço escolar, não estamos mencionados exclusivamente um local geográfico, práticas culturais e/ou objetos específicos de um grupo. Cultura negra se trata mais de uma posição em que a população negra ocupa nas relações sociais e suas marcas história.

A complexidade em tratar da cultura negra no espaço escolar, está diretamente relacionado a como a população negra aprende a lidar com o seu “eu” e com o “outro” dentro de uma cultura nacional que marginalizou as suas características simbólicas e materiais. A classificação e a hierarquização racial, existentes no Brasil, construídas na efervescência das relações sociais do contexto da escravidão, das políticas de branqueamento e da negação do racismo a partir da narrativa que o Brasil vivia uma democracia racial, fez com que com homens, mulheres e crianças negras tivessem maior dificuldade para se afirmar enquanto sujeitos sociais pertencentes a cultura nacional. Uma vez constituída e introjetada, com essa lógica de negação, inferiorização ou exclusão da população negra na cultura nacional, passamos a ser educados para enxergar as diferenças étnico-raciais como elemento de desigualdade, as quais fazem parte de um sistema de representações, construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais.

Com intuito de questionar o lugar que cultura negra ocupa na constituição da identidade nacional é que em 09 de janeiro de 2003 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação a Lei 10.639 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica modificando o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A aprovação da referida lei faz parte de uma luta antirracista empreendida pelo movimento negro brasileiro, desde os fins da década de 1970, que colocou em questionamento o discurso de uma cultura nacional harmônica baseada na ideia que no Brasil não existiria racismo, sendo assim não haveria hierarquização social a partir do critério racial. Ressaltamos que apesar de na atualidade a comunidade científica não aceitar mais a validade biológica do conceito de raça aplicado a humanos, não podemos abrir mão desse conceito nas práticas escolares, pois ele nos ajuda explicar porque as pessoas negras e indígenas foram inferiorizadas no Brasil por causa de seu pertencimento étnico-racial/cor

em diversas instituições sociais no Brasil. Ou seja, conceito de raça tem validade histórica, social e cultural e deve ser utilizado para questionar as hierarquizações sociais ainda presentes.

A Lei supracitada faz parte de inúmeras estratégias jurídicas adotadas a partir da elaboração da Constituição de 1988 para combater o racismo, a violência policial, as desigualdades sociais que atingem a população negra. Para além disso, podemos afirmar que a aprovação da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana faz parte de uma política de incentivo às pessoas negras para que reconheçam sua condição racial, despojando o termo negro de uma conotação pejorativa constituída em alicerces dos anos de escravidão e das políticas de branqueamento, adotando-o, oficialmente, para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, a partir de uma campanha intitulada 'O negro é lindo' baseada no movimento norte americano '*black is beautiful*', o termo negro deixou de ser considerado ofensivo, como acontecia antes, e passou a ser empregado com orgulho pelos ativistas.

Depois de mais de quinze anos da aprovação da aprovação da Lei 10.639/2003 podemos afirmar que a luta pela inserção da cultura negra no currículo escolar por meio da introdução da História da África e da população negra no Brasil, fez com que pesquisadores/as e docentes, comprometidos com uma educação antirracista, questionassem uma educação baseada somente nos padrões europeus estabelecidos na sociedade, propondo uma nova política cultural para se pensar as relações étnico-raciais no Brasil e qual o local da cultura negra nas discussões educacionais atuais e é dentro dessas concepções que os quatorze textos que compõem esse dossiê se apresenta.

As pesquisadoras Fernanda da Silva Lima e Paula Keller Frutuoso da Universidade do Extremos Sul de Santa Catarina – Unisc em seu artigo **Aprendendo para transgredir: a pedagogia engajada de bell hooks como estratégia para o cumprimento da lei n. 10.639/03 nas instituições de ensino** demonstram como pensamento da intelectual negra norte americana Bell Hooks pode colaborar para o questionamento do racismo nas salas de aula brasileiras. Liège Torresan Moreira, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá - Paraná é autora do texto intitulado **A Lei 10.639/2003 sob a ótica dos direitos**

**humanos, currículo e construção de identidade**, nesse artigo ela demonstra que o desenvolvimento pleno do ser humano norteiam os saberes do qual cada indivíduo será exposto. A autora trabalha, portanto, por que o combate ao racismo e as desigualdades sociais causadas historicamente pelas questões raciais devem ser acionadas pelo ambiente escolar para assegurar à população negra direitos fundamentais à sua existência, sendo primordial alterações nas percepções curriculares.

O artigo **Educação étnico-racial: entre o papel branco do vestibular das universidades públicas do Paraná e a luta antirracista**, da pesquisadora Lílian Amorim Carvalho vinculado Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá – Paraná analisa as provas de vestibulares e considera essas últimas como um indutor do currículo escolar, os resultados demonstraram que a incidência do enfoque de matriz europeia própria do currículo tradicional continua prevalecendo exorbitantemente sobre as demais matrizes. O pesquisador baiano Antonio Marcos Dos Santos Cajé apresenta por meio do artigo **Saberes e fazeres da encruzilhada: projeto pedagógico da mini comunidade oba biyi, um legado ao encontro da lei 11.645** a proposta do Projeto Pedagógico Oba Biyi, que conta a história dos negros através dos contos africanos, buscando resgatar, preservar e propagar a cultura africana e afro-brasileira, levando em consideração as vivências de uma comunidade negra que preserva as raízes africanas.

Com o intuito de apresentar a instituição escolar como um local de desconstrução de preconceitos e de transformação para a valorização da identidade negra é que caminha o texto **Olhares Negros: a prática pedagógica como luta e resistência** da pesquisadora e professora Sonia Oracilio Duarte. A professora e pesquisadora Lucirleide Rosa de Jesus no artigo **O ensino de história africana e cultura afrobrasileira na escola: desafios e possibilidades para um ensino de conhecimentos, valorização e respeito à cultura negra e combate ao racismo** apresenta reflexões sobre o ensino de história africana e cultura afrobrasileira na escola, os desafios enfrentados pelos educadores, bem como as possibilidades educativas pedagógicas e experiências vivenciadas na escola Antonília Rosa de Jesus, no povoado de Lagoa da Pedra, Ibititá – Bahia.

O pesquisador Dejair Dionísio e a pesquisadora Leoné Astride Barzotto da Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD) demonstram no artigo **Epistemologia afrodescentemente pensada: a Lei 10.639/03 e o ensino literário** como articular o pensamento afrodescentemente construído com as contribuições de pensadores africanos, para compreender como o uso de materiais orais, podem contribuir com a educação praticada nas periferias brasileiras. No artigo **Leitura de Mia Couto no ensino médio técnico: uma estratégia de formação** de Bárbara Poli Uliano Shinkawa e Rosangela Jovino Alves propõe relatar a experiência de ensino com o livro “Cada homem é uma raça”, do escritor moçambicano Mia Couto, para discutir história e cultura africanas em sala de aula.

O artigo **Ensino de sociologia e Hip Hop: o Rap enquanto estratégia educativa** a pesquisadora Daniara Thomaz propõe uma análise acerca da aproximação entre conteúdo didático sociológico e a experiência de vida de alunos e alunas por meio da cultura periférica expressa pelo Hip Hop e seus elementos. A professora e pesquisadora Michele Perciliano no texto **No ritmo e na poesia: o Rap e o Hip Hop como estratégia didática para o ensino de história da África e cultura afro-brasileira**, a partir das letras das músicas do Emicida busca problematizar temas que abordam episódios da História da África e da população negra no Brasil, tais como as revoltas escravas, os problemas enfrentados pela população negra, as formas de resistência e as expressões culturais.

O texto **Relações étnico-raciais e de gênero na gestão escolar: as contribuições do cinema para a formação docente**, das pesquisadoras Ingrid Yasmin Oliveira da Silva, Fabiane Freire França e Francielle Aparecida Garuti relatam a importância de trabalhar narrativas que percebam e reconheçam as histórias e lutas das mulheres negras com o objetivo de desmistificar preconceitos e elucidar práticas que valorizem a história e cultura das pessoas em suas variadas diferenças. O pesquisador e professor Samilo Takara da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) escreve o texto **Sexualidade e masculinidades negras no discurso cinematográfico: Little, Chiron e Black em moonlight** – sob a luz do luar busca compreender os processos de

interações que forjam as identidades masculinas negras em busca de entender os modos de ser e de agir para o homem negro.

O pesquisador Izaque Pereira de Souza e as pesquisadoras Ines Teresinha Pastorio, Teresa Kazuko Teruya escrevem o artigo **Diversidade étnico-racial e educação: um diálogo entre a educação no campo e as comunidades quilombolas** que propõe a investigar de que maneira o processo educativo vem preservando as práticas, os saberes e a identidade das comunidades quilombolas e o último texto do dossiê é **Quem tem medo da raça? O discurso no ensino de história e cultura afro-brasileira** escrito por Delton Aparecido Felipe, o artigo objetivo problematizar as formações discursivas sobre a mestiçagem apresentadas por docentes durante um curso de extensão, o autor conclui que o discurso de mestiçagem em oposição ao conceito social de raça é utilizado como forma da manutenção de projeto nacional que ainda marginaliza a população negra

Apesar de aos poucos o lugar social da população negra e sua relação com cultura nacional serem incorporadas nas discussões que perpassam o espaço escolar, como, por exemplo, a aprovação da Lei 10.639/2003, é necessário considerar que essa população ainda vivencia racismo e as marginalizações materiais e simbólicas. Dessa forma, é fundamental que no espaço escolar se elaborem discussões que tenham como base a cultura negra e a subjetividade, a experiência desses sujeitos sociais e sua complexidade. A cultura negra ao ser tratada no universo escolar pode ser utilizada para desvendar as complexas relações entre as produções econômicas, culturais e ideológicas que marginalizam parte da população negra na atualidade. Desejo boa leitura a todos/as e esperamos que o dossiê contribuía para que possamos construir uma educação antirracistas no espaço escolar.